

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/1546	1813/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

O Município de Braga propõe a formalização da sua adesão à Rede Internacional de Cidades Michelin (INMC), reconhecendo a relevância desta plataforma para a promoção de trocas internacionais em várias áreas estratégicas. Embora Braga tenha já participado informalmente em projetos e iniciativas da rede, consideramos de grande importância formalizar esta adesão, reforçando o nosso compromisso com os princípios que orientam esta rede e com os seus objetivos de cooperação global.

Criada em 2017, a INMC tem-se afirmado como um motor essencial para o intercâmbio de boas práticas entre cidades de todo o mundo, sendo um espaço único para enfrentar os desafios globais que, nos dias de hoje, se apresentam com crescente urgência. Entre estes desafios destacam-se as questões ambientais, sociais, digitais e culturais, temas que também são prioritários para o Município de Braga.

A nossa relação com a cidade geminada de Clermont-Ferrand tem sido um pilar essencial para o crescimento desta cooperação. Através de intercâmbios, como o de estudantes do ensino superior, projetos culturais e iniciativas empresariais, temos aprofundado laços que beneficiam diretamente os nossos cidadãos e fortalecem as nossas capacidades como cidade inovadora e dinâmica.

Participar nesta rede coloca Braga num movimento global que visa a construção de cidades mais sustentáveis, inovadoras e resilientes. A INMC promove a reflexão conjunta e a experimentação em torno de soluções que respondam aos desafios do futuro, envolvendo diversas forças locais, desde instituições governamentais a agentes económicos, académicos, culturais e associativos.



A nossa cidade tem investido fortemente em áreas como mobilidade sustentável, economia circular, educação superior, inovação e cultura, todos temas centrais nas discussões da INMC. A colaboração entre as mais de 200 cidades-membro permite a partilha de experiências e soluções práticas que ajudam a acelerar a implementação de projetos concretos de transição urbana.

Os encontros bianuais organizados pela INMC, organizados em parceria com cidade Clermont-Ferrand, proporcionam um fórum essencial para que as cidades se reúnam e discutam questões fundamentais do desenvolvimento urbano sustentável. Na última edição, Braga teve a oportunidade de participar também com duas startups da rede da Startup Braga, no sentido de apoiar a sua internacionalização e aumento de rede de contactos.

Com a formalização desta adesão, Braga compromete-se a participar ativamente nas iniciativas da INMC, colaborando com cidades de todo o mundo para construir um futuro mais sustentável, inclusivo e inovador. Acreditamos que a nossa integração plena nesta rede trará grandes benefícios, não apenas para o desenvolvimento local, mas também para o fortalecimento da nossa posição no cenário internacional.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão, e, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJAELPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), submete-se **para aprovação da Câmara e posterior remessa à Assembleia Municipal:**

- a) a adesão à Rede Internacional de Cidades Michelin (INMC);**
- b) a aprovação do pagamento da despesa no valor da quota devida enquanto Município Membro, correspondente a quatro mil euros, para o ano de 2024; e,**
- c) a aceitação dos estatutos da associação.**

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 9628/2024

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Procedimentos judiciais

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2024/5249 de 17 de Dezembro de 2024.

RESOLUÇÃO

Nos termos da informação técnica em anexo e da subsequente proposta de decisão:

Despachos

- A 12/12/2024, Cristina Maria Faria Ferreira Salgado, na qualidade de Chefe Divisão de Assessoria e Apoio Jurídico: "Concordo.
Deverá proceder-se conforme proposto nas conclusões do parecer jurídico"
- A 12/12/2024, Maria Isilda Paredes Oliveira Vilas Boas Castro, na qualidade de Director de Departamento: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Data: 06/12/2024

Nº Processo: 9628/2024

Processo: Procedimentos judiciais - Proposta de Adesão do Município de Braga à Rede Internacional de Cidades Michelin (INMC)

A PROPOSTA

«Propõe-se a adesão do Município de Braga à **Rede Internacional de Cidades Michelin (adiante INMC)**.

«O Município de Braga propõe a formalização da sua adesão à Rede Internacional de Cidades Michelin (INMC), reconhecendo a relevância desta plataforma para a promoção de trocas internacionais em várias áreas estratégicas. Embora Braga tenha já participado informalmente em projetos e iniciativas da rede, consideramos de grande importância formalizar esta adesão, reforçando o nosso compromisso com os princípios que orientam esta rede e com os seus objetivos de cooperação global.

Criada em 2017, a INMC tem-se afirmado como um motor essencial para o intercâmbio de boas práticas entre cidades de todo o mundo, sendo um espaço único para enfrentar os desafios globais que, nos dias de hoje, se apresentam com crescente urgência. Entre estes desafios destacam-se as questões ambientais, sociais, digitais e culturais, temas que também são prioritários para o Município de Braga.

A nossa relação com a cidade geminada de Clermont-Ferrand tem sido um pilar essencial para o crescimento desta cooperação. Através de intercâmbios, como o de estudantes do ensino superior, projetos culturais e iniciativas empresariais, temos aprofundado laços que beneficiam diretamente os nossos cidadãos e fortalecem as nossas capacidades como cidade inovadora e dinâmica.

Participar nesta rede coloca Braga num movimento global que visa a construção de cidades mais sustentáveis, inovadoras e resilientes. A INMC promove a reflexão conjunta e a experimentação em torno de soluções que respondam aos desafios do futuro, envolvendo diversas forças locais, desde instituições governamentais a agentes económicos, académicos, culturais e associativos.

A nossa cidade tem investido fortemente em áreas como mobilidade sustentável, economia circular, educação superior, inovação e cultura, todos temas centrais nas discussões da INMC. A colaboração



entre as mais de 200 cidades-membro permite a partilha de experiências e soluções práticas que ajudam a acelerar a implementação de projetos concretos de transição urbana.

Os encontros bianuais organizados pela INMC, organizados em parceria com cidade Clermont-Ferrand, proporcionam um fórum essencial para que as cidades se reúnam e discutam questões fundamentais do desenvolvimento urbano sustentável. Na última edição, Braga teve a oportunidade de participar também com duas startups da rede da Startup Braga, no sentido de apoiar a sua internacionalização e aumento de rede de contactos.

Com a formalização desta adesão, Braga compromete-se a participar ativamente nas iniciativas da INMC, colaborando com cidades de todo o mundo para construir um futuro mais sustentável, inclusivo e inovador. Acreditamos que a nossa integração plena nesta rede trará grandes benefícios, não apenas para o desenvolvimento local, mas também para o fortalecimento da nossa posição no cenário internacional.»

ANÁLISE

Os seus estatutos:

A Rede Internacional de Cidades Michelin, também designada abreviadamente por INCM, e adiante referida por Associação, é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e com sede em **Clermont-Ferrand, França**, no Hôtel de Ville, 10 rue Philippe Marcombes, 63033.

- **A finalidade:**

Por meio desta nova rede de inteligência coletiva, as cidades-membro pretendem partilhar valores, conhecimentos e experiências, explorando soluções viáveis, acessíveis e sustentáveis para os seus territórios e habitantes. Demonstram, assim, um espírito de inovação e capacidade para experimentar ideias ambiciosas na procura do bem-estar humano e urbano.

- **Os objetivos:**

- Contribuir para o desenvolvimento de parcerias e cooperação entre cidades, promovendo a troca de experiências e a disseminação de boas práticas na gestão pública;
- Reforçar o prestígio e a atratividade internacional das cidades-membro;
- Partilhar políticas inovadoras, adaptadas às especificidades dos territórios, e debater temas relevantes nas reuniões bienais;
- Promover cidades sustentáveis, resilientes e inclusivas que respondam aos desafios do futuro;



- (Órgãos associativos)

Os órgãos de governo da associação são:

- a Assembleia Geral;
- o Comité Executivo.

- **Direitos do Município:**

Constituem direitos dos Associados:

- a) Direito a voto
- b) Ser eleitos para o Comité Executivo

- **Deveres do Município:**

Constituem deveres dos Associados:

- pagar uma quota anual definida anualmente por este Comité.
 - **A contribuição financeira a pagar pelo Município, anualmente: 4.000€**

ENQUADRAMENTO LEGAL:

O artigo 23º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, elenca as atribuições do Município:

Artigo 23.º

Atribuições do município

- 1 - Constituem atribuições do município **a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações**, em articulação com as freguesias.
- 2 - Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios:
- m) **Promocão do desenvolvimento:**



No que ao caso interessa, a adesão em causa, encontra o devido enquadramento logo **no nº 1 do artigo 23º**, face às várias dimensões, e inclui-se em muitos domínios do nº 2.

A fundamentação da adesão consta na proposta acima referida, e reflete as mais valias das quais o Município irá beneficiar no desempenho das atribuições a seu cargo, e por inerência, beneficiará também todo e qualquer munícipe.

QUANTO À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM ASSOCIAÇÕES DE DIREITO PRIVADO

Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estabelece o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (adiante RJAEPL), e veio revogar a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro. O RJAEPL regula os serviços municipalizados bem como as participações locais prevendo que o regime jurídico aí estabelecido se aplique às empresas locais, associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa, constituídas ou participadas pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas.

A atividade empresarial local é, nos termos da lei, desenvolvida pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas, através dos serviços municipalizados ou intermunicipalizados e das empresas locais.

Nos termos do estipulado no RJAEPL são **participações locais todas as participações sociais detidas pelos municípios**, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas em entidades constituídas ao abrigo da lei comercial que não assumam a natureza de empresas locais, sendo que para os efeitos desta lei as entidades aqui referidas consideram-se sociedades comerciais participadas.

Resulta, pois, que as participações em associações, não são de considerar como participações locais, em virtude das associações não serem constituídas com base na lei comercial. Esta é a própria orientação que o RJAELPL acolhe, veja-se o caso da sua divisão que dedica o Capítulo IV às “Participações Locais” e o Capítulo V a “Outras Participações”, onde concretiza no art. 59.º sob a epígrafe “Associações de direito privado” que os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações que se regem pelo Código Civil.

O RJAEPL pretendeu abranger o quadro completo de possibilidades de participação dos municípios em terceiras entidades, designadamente de natureza privada ou cooperativa, bem como aplicar a essa participação um conjunto de regras financeiras comuns. Esta lei procurou um maior controlo entre os movimentos financeiros existentes entre as empresas locais e as respetivas entidades públicas participantes.



As associações de direito privado

i) Nos termos do art. 157.º do Código Civil as disposições do capítulo daquele código sobre as pessoas coletivas são aplicadas “às associações que não tenham por fim o lucro económico dos associados”.

Assim, a referida norma do Código Civil “parece deixar subentender que também há associações que têm por fim o lucro (económico) dos associados, embora se não apliquem aquelas disposições. Pensamos que o sentido da lei é considerar associação, em princípio, todo o agrupamento de pessoas que revista as características essenciais acima assinaladas: faz-se uma delimitação pela negativa: as entidades que têm por fim o lucro escapam à categoria de associação”.

ii) Conforme referido supra os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações, sendo que estas regem-se pelas normas contidas no Código Civil de onde resultam normas relativas à sua criação, funcionamento e extinção. Sendo que, para salvaguarda do interesse público na salvaguarda dessas instituições, o n.º 3 do artigo 56.º do RJAELPL manda que se apliquem as mesmas regras que encontramos para as sociedades participadas, com as devidas adaptações, ressaltando desde logo o estabelecido no n.º 3 do artigo 59.º.

Estando assente a possibilidade das associações de direito privado poderem ser constituídas ou participadas por municípios, importa destacar que a constituição ou participação por parte daqueles deve ser fundamentada, como ficou dito, na melhor prossecução do interesse público. Acresce ainda, que a constituição ou participação de municípios em associações deste tipo, está assim dependente delas prosseguirem fins de relevante interesse público local, devendo, também, a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes, no caso, dos municípios.

Às associações de direito privado previstas no RJAELPL, é aplicável com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 53.º a 55.º e 32.º desta lei, este último, aplicável ex vi n.º 2 do artigo 53.º desta lei.

Participação dos municípios - “Outras Participações”

Como foi oportunamente referido, a atividade empresarial local é desenvolvida, entre outras entidades, pelos municípios através dos serviços municipalizados ou intermunicipalizados e das empresas locais. Para além disso, este regime jurídico prevê a figura das participações locais que considera como “todas as participações sociais detidas pelos municípios, (...) em entidades constituídas ao abrigo da lei comercial que não assumam a natureza de empresas locais”.

Por fim, prevê ainda, no seu Capítulo V, a existência de outras participações, que se traduzem na participação dos municípios, assim como, de associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas em fundações, cooperativas e em associações de direito privado.

Os artigos 56.º e seguintes do RJAELPL fixam assim as normas sobre “Outras participações”,



destacando que o ente participado, no caso aqui em análise, a associação, deve “prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes”.

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 59.º do RJAEPL, os municípios podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações, destacando que as referidas associações se regem pelas normas do Código Civil. Este artigo do RJAEPL prevê ainda, no seu n.º 3 que o disposto no artigo 47.º deste diploma, referente à celebração de contratos-programa com empresas locais de serviços de interesse geral aplica-se, com as devidas adaptações, às associações de direito privado em que as entidades públicas participantes exerçam uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º.

Requisitos das associações constituídas ou participadas pelos municípios

O n.º 1 do art. 56.º do RJAEPL prevê que os entes constituídos ou participados nos termos do capítulo V desse diploma legal, no caso as associações de direito privado, - **devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes, no caso os municípios.**

Sobre o requisito referente aos fins de relevante interesse público local que as associações de direito privado devem prosseguir, importa destacar que “o interesse público que norteia a atividade da Administração, “também delimita a capacidade jurídica das pessoas coletivas públicas e a competência dos respetivos órgãos, através do princípio da especialidade (cfr. art.º 45º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).

Em relação à prossecução do interesse público local, importa referir que “este depende do que o órgão executivo ou deliberativo do município determinar que é interesse público local (...) quanto às atividades se compreenderem no âmbito das atribuições dos municípios, opera aqui uma remissão para o art. 23.º, n.º 2, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”.

De acordo com este princípio, as pessoas coletivas existem tendo em vista a prossecução de determinados objetivos ou fins, pelo que só podem atuar para e na medida em que os pretendam alcançar. Nesta conformidade, “a limitação da capacidade da pessoa coletiva está principalmente neste dever de só exercer os poderes para alcançar os fins institucionais, sem que deles se possa desviar”(cfr art.º 160º nº 1 do Código Civil)”.

Nestes termos, o âmbito do objeto da associação deve integrar, também, alguma ou algumas das atribuições prosseguidas pelos municípios que nelas participam, o que aliás deverá ser destacado na fundamentação da própria deliberação da Assembleia Municipal, aquando da aprovação na mesma da adesão do município a uma associação.

Esta fundamentação deve ser fornecida ao órgão deliberativo - a Assembleia Municipal, por parte do órgão executivo, destacando que é este o órgão a quem cabe a concretização do que é o interesse público local.

DO PROCEDIMENTO A ADOTAR PELO MUNICÍPIO PARA PARTICIPAR EM ASSOCIAÇÕES DE



i) Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a constituição e/ou a adesão - como é o caso - de associações já constituídas (*cfr.* artigo 53.º, n.º 1, *ex vi* artigo 56.º, n.º 3, do RJAEL);

ii) As referidas entidades devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a fundamentação da deliberação referida integrar os pressupostos justificativos desse interesse (*cfr.* artigos 56.º, n.º 1, e 53.º, n.º 1, do RJAEL

iii) Nos casos em que a participação/adesão confira à entidade participante uma posição dominante (o que não se afigura ser o caso), a deliberação deve ser precedida dos necessários estudos técnicos que, entre outros aspetos, demonstrem a viabilidade e a sustentabilidade económico financeira das unidades a adquirir – nomeadamente através da identificação dos ganhos de qualidade e racionalidade acrescentada decorrente do desenvolvimento da atividade através de uma entidade participada, a justificação das necessidades que visam satisfazer, o benefício social que delas resulta e os efeitos da sua atividade sobre as contas, estrutura organizacional e recursos humanos do município (*cfr.* artigo 32.º, *ex vi* artigos 56.º, n.º 3, e 53.º, n.º 2, do RJAEL). A ausência destes estudos e demonstrações comporta a nulidade da deliberação e eventual responsabilidade financeira, nos termos do artigo 32.º, n.º 1 *in fine*;

iv) Para além dos estudos referidos anteriormente, o artigo 32.º, n.º 2, do RJAEL prevê ainda que naqueles sejam incluídos a justificação das necessidades que se pretendem satisfazer com a associação, a demonstração da existência de procura atual ou futura, a avaliação dos efeitos da atividade da associação sobre as contas e a estrutura organizacional e os recursos humanos da entidade pública participante, assim como a ponderação do benefício social resultante para o conjunto dos cidadãos. Quanto a estes estudos, a expressão “*devem incluir*” presente no artigo 32.º, n.º 2, leva-nos a concluir que, apesar da sistematização normativa do artigo, a ausência destes elementos conduz também à nulidade da deliberação e à responsabilidade financeira, nos termos do artigo 32.º, n.º 1, do mesmo diploma.

v) Se a adesão do Município às indicadas associações de direito privado sem fins lucrativos não conferir posição dominante, há quem defenda, que a deliberação que autorize a adesão não tem de ser precedida da realização dos estudos técnicos a que se refere o citado artigo 32.º do RJAEL, exigidos por este preceito apenas nos casos de aquisição de participações sociais que confirmem um influência dominante da entidade participante (*cfr.* artigos 53.º, n.º 2 e 58.º, da Lei n.º 50/2012).

vi) Todavia, na decisão n.º 1/2019, de 11-02-2019, do Tribunal de Contas foi seguido entendimento diverso, conforme dá nota o mesmo Autor, pronunciando-se no sentido da necessidade da prévia realização de estudos técnicos, ainda que esteja em causa uma participação que não confira à entidade participante uma posição dominante.

Sem prejuízo, na oportunidade, e, sendo caso disso, seguir-se-á, naturalmente, o entendimento do TdC quanto a esta matéria- nomeadamente apresentando os estudos ou relatórios de contas tidos por necessários.

vii) Porém, nos termos do artigo 53.º, n.º 1, a deliberação do órgão deliberativo da entidade participante deve ser fundamentada, sendo que a fundamentação deve integrar os pressupostos justificativos do relevante interesse público local.



2. Deverão ser juntos os estudos ou relatórios de contas dos últimos 3 anos, que demonstrem a viabilidade e a sustentabilidade económico financeira da associação;

Depois,

3. **O processo poderá seguir para o Sr. Presidente, para efeitos de remessa a reunião do Executivo Municipal, nos seguintes termos:**

«Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJAEPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), submete-se **para aprovação da Câmara e posterior remessa à Assembleia Municipal:**

- a) a adesão à Rede Internacional de Cidades Michelin (INMC);
- b) a aprovação do pagamento da despesa no valor da quota devida enquanto Município Membro, correspondente a quatro mil euros, para o ano de 2024; e,
- c) a aceitação dos estatutos da associação.»

(Anexar: estatutos da Associação, análise de viabilidade, cabimento e compromisso)

4. Posto isto, **remeter a visto do Tribunal de Contas.**

É este, s.m.o., o m/ parecer.

Utilizador: Elisa Cunha Coelho





Proposta de Adesão do Município de Braga à Rede Internacional de Cidades Michelin (INMC)

O Município de Braga propõe a formalização da sua adesão à Rede Internacional de Cidades Michelin (INMC), reconhecendo a relevância desta plataforma para a promoção de trocas internacionais em várias áreas estratégicas. Embora Braga tenha já participado informalmente em projetos e iniciativas da rede, consideramos de grande importância formalizar esta adesão, reforçando o nosso compromisso com os princípios que orientam esta rede e com os seus objetivos de cooperação global.

Criada em 2017, a INMC tem-se afirmado como um motor essencial para o intercâmbio de boas práticas entre cidades de todo o mundo, sendo um espaço único para enfrentar os desafios globais que, nos dias de hoje, se apresentam com crescente urgência. Entre estes desafios destacam-se as questões ambientais, sociais, digitais e culturais, temas que também são prioritários para o Município de Braga.

A nossa relação com a cidade geminada de Clermont-Ferrand tem sido um pilar essencial para o crescimento desta cooperação. Através de intercâmbios, como o de estudantes do ensino superior, projetos culturais e iniciativas empresariais, temos aprofundado laços que beneficiam diretamente os nossos cidadãos e fortalecem as nossas capacidades como cidade inovadora e dinâmica.

Participar nesta rede coloca Braga num movimento global que visa a construção de cidades mais sustentáveis, inovadoras e resilientes. A INMC promove a reflexão conjunta e a experimentação em torno de soluções que respondam aos desafios do futuro, envolvendo diversas forças locais, desde instituições governamentais a agentes económicos, académicos, culturais e associativos.

A nossa cidade tem investido fortemente em áreas como mobilidade sustentável, economia circular, educação superior, inovação e cultura, todos temas centrais nas discussões da INMC. A colaboração entre as mais de 200 cidades-membro permite a partilha de experiências e soluções práticas que ajudam a acelerar a implementação de projetos concretos de transição urbana.

Os encontros bianuais organizados pela INMC, organizados em parceria com cidade Clermont-Ferrand, proporcionam um fórum essencial para que as cidades se reúnam e discutam questões fundamentais do desenvolvimento urbano sustentável. Na última edição, Braga teve a oportunidade de participar também com duas startups da rede da Startup Braga, no sentido de apoiar a sua internacionalização e aumento de rede de contactos.

Com a formalização desta adesão, Braga compromete-se a participar ativamente nas iniciativas da INMC, colaborando com cidades de todo o





mundo para construir um futuro mais sustentável, inclusivo e inovador. Acreditamos que a nossa integração plena nesta rede trará grandes benefícios, não apenas para o desenvolvimento local, mas também para o fortalecimento da nossa posição no cenário internacional.



Estatutos da Rede Internacional de Cidades Michelin

PREÂMBULO

Representando 50% da população mundial (e 75% até 2050), as cidades e organizações urbanas desempenham um papel histórico na sustentabilidade dos modelos de desenvolvimento e no controlo dos equilíbrios sociais e ambientais. Este papel torna-se crucial num mundo que enfrenta múltiplos desafios: transição energética e ambiental, mudanças tecnológicas e digitais, alterações climáticas, transformações sociais e culturais, entre outros.

Estas mudanças globais perturbam os nossos modos de vida, obrigando os decisores políticos a repensar modelos e cenários para construir cidades do século XXI que sejam sustentáveis e promovam o bem-estar de todos. As cidades emergem, assim, como incubadoras inovadoras, criando novos modos de vida e oferecendo respostas locais para questões globais e comuns. Seja através de reinvenções urbanas científicas, técnicas, digitais ou de novas formas de economia sustentável e social, ou ainda através de novos modelos de governança, estas ações exigem coerência com as aspirações dos cidadãos do século XXI.

Para além da vontade política que impulsiona a inovação urbana, o objetivo da **Rede Internacional de Cidades Michelin** é precisamente fomentar o intercâmbio internacional de boas práticas e a cooperação entre cidades em todo o mundo. Independentemente da sua dimensão, cada cidade ou área urbana deve ser ágil, ousada e inventiva para melhor atender à sua população e acompanhar o seu desenvolvimento, sempre com o apoio e participação dos principais agentes do território.

Secção 1: Finalidade e Composição

Artigo 1.º: Denominação e Estrutura Jurídica

É instituída uma associação sem fins lucrativos, nos termos da lei francesa de 1 de julho de 1901, sob a denominação: **Rede Internacional de Cidades Michelin** (*Réseau International des Villes Michelin*).

Artigo 2.º: Finalidade

Várias redes de cidades foram criadas em todo o mundo, com objetivos gerais ou temáticos. Algumas são de grande notoriedade internacional, enquanto outras têm um alcance mais limitado. Contudo, todas partilham o objetivo de promover uma economia baseada no conhecimento e de agregar ambições comuns.

Cientes do papel das cidades no desenvolvimento urbano e humano, e na promoção do encontro entre povos e da partilha de conhecimento, as cidades que acolhem instalações



de produção e/ou investigação do Grupo Michelin decidiram criar a Rede Internacional de Cidades Michelin.

Por meio desta nova rede de inteligência coletiva, as cidades-membro pretendem partilhar valores, conhecimentos e experiências, explorando soluções viáveis, acessíveis e sustentáveis para os seus territórios e habitantes. Demonstram, assim, um espírito de inovação e capacidade para experimentar ideias ambiciosas na procura do bem-estar humano e urbano.

As cidades-membro decidiram realizar reuniões bienais com temas de interesse comum a todos os membros.

A associação tem como objetivos:

- Contribuir para o desenvolvimento de parcerias e cooperação entre cidades, promovendo a troca de experiências e a disseminação de boas práticas na gestão pública;
- Reforçar o prestígio e a atratividade internacional das cidades-membro;
- Partilhar políticas inovadoras, adaptadas às especificidades dos territórios, e debater temas relevantes nas reuniões bienais;
- Promover cidades sustentáveis, resilientes e inclusivas que respondam aos desafios do futuro;
- Mobilizar atores públicos e privados para encorajar a apropriação de políticas públicas por agentes locais;
- Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos através de cooperação eficiente, sustentável e inclusiva;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável, respeitando os contextos económicos, sociais e culturais de cada cidade;
- Promover a gestão responsável de bens públicos e comuns, alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Artigo 3.º: Sede

A sede da associação está localizada em **Clermont-Ferrand, França**, no Hôtel de Ville, 10 rue Philippe Marcombes, 63033. Esta é também a morada do Secretariado-Geral da associação. A sede pode ser transferida para outra cidade-membro por decisão da Assembleia Geral Ordinária, com maioria de 2/3 dos membros presentes ou representados.

Secção 2: Composição

Artigo 4.º: Membros

Podem ser membros as autoridades locais que acolhem, no seu território, uma instalação de produção ou investigação do Grupo Michelin ou que demonstrem interesse nos objetivos da associação.



Cada autoridade local deve nomear um titular e um suplente para representá-la nas reuniões estatutárias, com direito a um voto único por autoridade local.

Os membros têm direito a voto, podem ser eleitos para o Comité Executivo e devem pagar uma quota anual definida anualmente por este Comité.

Artigo 5.º: Admissão

As autoridades locais interessadas em aderir devem submeter um pedido por escrito ao Secretariado da associação, assinado pelo seu representante legal. O Comité Executivo decidirá sobre a aceitação dos pedidos, sem necessidade de justificação ou possibilidade de recurso interno. A adesão torna-se efetiva após o pagamento da quota.

Artigo 6.º: Resignação e Exclusão

A qualidade de membro cessa:

- com a dissolução da associação;
- por renúncia, comunicada por carta registada com aviso de receção ao Presidente da associação;
- por exclusão, que pode ser deliberada pelo Comité Executivo e comunicada por carta registada, nos seguintes casos:
 - falta de pagamento da quota anual;
 - conduta gravemente inadequada;
 - incumprimento dos estatutos.

Qualquer membro sujeito a exclusão deve ser informado previamente e terá o direito de ser ouvido pelo Comité Executivo, se assim o solicitar.

Secção 3: Funcionamento e Governança

Artigo 7.º: Órgãos de Governo da Associação

Os órgãos de governo da associação são:

- a Assembleia Geral;
- o Comité Executivo.

Artigo 8.º: Assembleias Gerais

8.1. Assembleia Geral Ordinária

A Assembleia Geral Ordinária é composta por todos os membros ativos da associação. Cada membro é representado por pelo menos um representante (ou seu suplente), nomeado aquando da sua admissão na Rede Internacional de Cidades Michelin. Cada membro ativo dispõe de um voto.



A Assembleia Geral Ordinária reúne-se, pelo menos, uma vez por ano, mediante convocatória do Comité Executivo, enviada com uma antecedência mínima de quatro semanas por correio, fax ou email.

A ordem de trabalhos é elaborada pelo Comité Executivo, incluindo pontos solicitados por pelo menos um terço dos membros.

Não é exigido quórum para as reuniões da Assembleia Geral Ordinária. As deliberações são tomadas por maioria simples dos votos expressos pelos membros presentes ou representados. Em caso de empate, o Presidente tem voto de qualidade.

O voto por procuração é permitido, sendo limitado a três procurações por membro.

A Assembleia Geral Ordinária delibera sobre:

- as orientações das ações para alcançar os objetivos da associação;
- os relatórios anuais (relatório do Presidente, relatório financeiro, etc.);
- a aprovação das contas do exercício e do orçamento previsto;
- eventuais alterações aos estatutos;
- a eleição dos membros do Comité Executivo;
- o acompanhamento e monitorização dos projetos de cooperação planeados, em curso e concluídos;
- o fomento de um espírito democrático, participativo e inclusivo na Rede.

As atas e relatórios das Assembleias Gerais são enviados a todos os membros da associação.

8.2. Assembleia Geral Extraordinária

A Assembleia Geral Extraordinária pode ser convocada pelo Comité Executivo ou por solicitação escrita de pelo menos um terço dos membros ativos, dirigida ao Presidente.

Delibera sobre:

- alterações aos estatutos;
- dissolução ou transformação da associação.

É exigida uma maioria qualificada de dois terços dos membros presentes ou representados para alterar os estatutos e de três quartos para a dissolução da associação.

Se não houver quórum na primeira reunião, uma nova convocatória será feita no prazo mínimo de oito semanas. Nesta segunda reunião, não é exigido quórum, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos votos expressos.

Artigo 9.º: O Comité Executivo

9.1. Constituição e Mandato



A Assembleia Geral elege um Comité Executivo composto por até um quarto dos membros ativos da Rede Internacional de Cidades Michelin.

Os membros do Comité Executivo são eleitos por maioria simples por um período de dois anos e podem ser reeleitos.

Em caso de vacatura durante o mandato, o Comité Executivo pode substituir o membro por cooptação, sendo o mandato do membro cooptado equivalente ao restante do mandato do substituído.

O Comité Executivo reúne-se, pelo menos, uma vez por ano, convocado pelo Presidente, com um aviso prévio de quatro semanas.

9.2. Nomeação de Co-Presidentes e Vice-Presidentes

O Comité Executivo nomeia dois co-presidentes e dois vice-presidentes de entre os seus membros ativos, com mandato de dois anos.

9.3. Os Co-Presidentes

Os co-presidentes são o Presidente da Câmara de Clermont-Ferrand e o Presidente da Câmara da cidade anfitriã das reuniões da rede.

Os co-presidentes:

- Garantem o funcionamento regular da associação;
- Representam a associação em todos os atos da vida civil;
- Celebram contratos em nome da associação (arrendamento, venda, compra, contratação de pessoal, etc.);
- Convocam as reuniões do Comité Executivo e da Assembleia Geral;
- Podem delegar competências a outro membro do Comité ou a um colaborador da associação, por escrito.

9.4. Os Vice-Presidentes

Os vice-presidentes podem receber delegações de competências dos co-presidentes e assumir funções específicas designadas pela Assembleia Geral. Um dos vice-presidentes atua como tesoureiro e o outro supervisiona os projetos de cooperação.

9.5. Deliberações do Comité Executivo

Para serem válidas, as deliberações do Comité Executivo devem ser tomadas por pelo menos metade dos membros presentes ou representados. Em caso de empate, o Presidente tem voto de qualidade.

Cada membro do Comité Executivo tem direito a um voto e pode autorizar outro membro a representá-lo, respeitando os mesmos limites aplicáveis à Assembleia Geral.

9.5. Remuneração



Os membros do Comité Executivo não têm direito a qualquer remuneração.

9.6. Funções e Delegações

O Comité Executivo:

- Prepara os trabalhos da Assembleia Geral e garante a execução das tarefas definidas pela mesma, em conformidade com o orçamento aprovado.
- Define a estratégia e os objetivos gerais da associação, respeitando as atribuições e deliberações da Assembleia Geral.
- Pode delegar poderes específicos a um colaborador permanente da associação.

Artigo 10.º: O Secretariado Geral da Rede Internacional de Cidades Michelin

10.1. Estrutura e Funções

O Secretariado Geral é a estrutura técnica, administrativa e logística da associação. As suas funções incluem:

- Propor, desenvolver e implementar ações alinhadas com os objetivos da associação;
- Gerir as operações administrativas e financeiras diárias;
- Identificar e assegurar oportunidades de ação, promoção e financiamento;
- Acompanhar oportunidades de cooperação e dinamizar as trocas entre cidades (contactos iniciais, monitorização de progressos, etc.);
- Organizar nomeações e procedimentos de votação para selecionar as cidades anfitriãs das reuniões da rede, garantindo a sua execução conforme os procedimentos;
- Gerir os bens da associação;
- Realizar pagamentos e cobrar receitas sob a autoridade dos co-presidentes, emitir avisos de quotas, receber pagamentos e encaminhá-los ao banco;
- Manter ou supervisionar os registos contabilísticos e, ao final de cada exercício financeiro, elaborar o balanço, o relatório financeiro e o orçamento para o ano seguinte a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral;
- Manter os registos da associação, elaborar atas das reuniões da Assembleia Geral e do Comité Executivo e garantir o seu registo.

Secção 4: Disposições Diversas

Artigo 11.º: Comissões ou Fóruns Temáticos

Podem ser criadas comissões ou fóruns para promover debates internos sobre temas específicos relacionados com os objetivos da Rede Internacional de Cidades Michelin.

- Estas estruturas não têm personalidade jurídica e não podem interferir nos poderes ou órgãos estatutários da associação.



- As regras de funcionamento podem ser estabelecidas por regulamento interno, sujeito à aprovação da Assembleia Geral.
- O resultado das suas atividades pode ser apresentado ao Comité Executivo em relatórios.

Artigo 12.º: Recursos

12.1. Fontes de Financiamento

Os recursos da associação incluem:

- Quotas de membros;
- Subsídios e contribuições públicas ou privadas, de acordo com a legislação em vigor;
- Receita da venda de bens e serviços ou de eventos organizados;
- Outros recursos permitidos pela lei, em consonância com os objetivos da associação.

O montante das quotas é definido anualmente pelo Comité Executivo e deve ser pago no primeiro semestre do ano. O Comité Executivo decide sobre os métodos de recuperação de quotas, se necessário.

Artigo 13.º: Regulamento Interno

O Comité Executivo pode elaborar regulamentos internos, sujeitos à aprovação da Assembleia Geral. Estes regulamentos detalham regras de funcionamento que não estejam especificadas nos estatutos, incluindo questões administrativas.

Artigo 14.º: Votação à Distância

Em situações excecionais, as votações das Assembleias Gerais e do Comité Executivo podem realizar-se por correspondência ou plataforma online.

Artigo 15.º: Alteração dos Estatutos

Os estatutos podem ser alterados mediante deliberação da Assembleia Geral em sessões ordinárias ou extraordinárias, desde que a agenda o mencione expressamente. Para tal, é necessária uma maioria de dois terços dos membros ativos presentes ou representados.

Artigo 16.º: Dissolução

A dissolução só pode ser decidida em Assembleia Geral Extraordinária, com aprovação de três quartos dos membros ativos presentes ou representados. Em caso de dissolução:

- Será nomeado um ou mais liquidatários por maioria absoluta;
- Os bens da associação serão atribuídos em conformidade com a lei, sendo proibida a distribuição de ativos entre os membros.

Artigo 17.º: Litígios



Em caso de litígio, aplica-se a lei francesa, com jurisdição exclusiva dos tribunais franceses. Em caso de divergências na interpretação dos estatutos, a versão em francês prevalece.

Artigo 18.º: Duração

A associação tem duração ilimitada.



Estatutos da Rede Internacional de Cidades Michelin

PREÂMBULO

Representando 50% da população mundial (e 75% até 2050), as cidades e organizações urbanas desempenham um papel histórico na sustentabilidade dos modelos de desenvolvimento e no controlo dos equilíbrios sociais e ambientais. Este papel torna-se crucial num mundo que enfrenta múltiplos desafios: transição energética e ambiental, mudanças tecnológicas e digitais, alterações climáticas, transformações sociais e culturais, entre outros.

Estas mudanças globais perturbam os nossos modos de vida, obrigando os decisores políticos a repensar modelos e cenários para construir cidades do século XXI que sejam sustentáveis e promovam o bem-estar de todos. As cidades emergem, assim, como incubadoras inovadoras, criando novos modos de vida e oferecendo respostas locais para questões globais e comuns. Seja através de reinvenções urbanas científicas, técnicas, digitais ou de novas formas de economia sustentável e social, ou ainda através de novos modelos de governança, estas ações exigem coerência com as aspirações dos cidadãos do século XXI.

Para além da vontade política que impulsiona a inovação urbana, o objetivo da **Rede Internacional de Cidades Michelin** é precisamente fomentar o intercâmbio internacional de boas práticas e a cooperação entre cidades em todo o mundo. Independentemente da sua dimensão, cada cidade ou área urbana deve ser ágil, ousada e inventiva para melhor atender à sua população e acompanhar o seu desenvolvimento, sempre com o apoio e participação dos principais agentes do território.

Secção 1: Finalidade e Composição

Artigo 1.º: Denominação e Estrutura Jurídica

É instituída uma associação sem fins lucrativos, nos termos da lei francesa de 1 de julho de 1901, sob a denominação: **Rede Internacional de Cidades Michelin** (*Réseau International des Villes Michelin*).

Artigo 2.º: Finalidade

Várias redes de cidades foram criadas em todo o mundo, com objetivos gerais ou temáticos. Algumas são de grande notoriedade internacional, enquanto outras têm um alcance mais limitado. Contudo, todas partilham o objetivo de promover uma economia baseada no conhecimento e de agregar ambições comuns.

Cientes do papel das cidades no desenvolvimento urbano e humano, e na promoção do encontro entre povos e da partilha de conhecimento, as cidades que acolhem instalações

de produção e/ou investigação do Grupo Michelin decidiram criar a Rede Internacional de Cidades Michelin.

Por meio desta nova rede de inteligência coletiva, as cidades-membro pretendem partilhar valores, conhecimentos e experiências, explorando soluções viáveis, acessíveis e sustentáveis para os seus territórios e habitantes. Demonstrem, assim, um espírito de inovação e capacidade para experimentar ideias ambiciosas na procura do bem-estar humano e urbano.

As cidades-membro decidiram realizar reuniões bienais com temas de interesse comum a todos os membros.

A associação tem como objetivos:

- Contribuir para o desenvolvimento de parcerias e cooperação entre cidades, promovendo a troca de experiências e a disseminação de boas práticas na gestão pública;
- Reforçar o prestígio e a atratividade internacional das cidades-membro;
- Partilhar políticas inovadoras, adaptadas às especificidades dos territórios, e debater temas relevantes nas reuniões bienais;
- Promover cidades sustentáveis, resilientes e inclusivas que respondam aos desafios do futuro;
- Mobilizar atores públicos e privados para encorajar a apropriação de políticas públicas por agentes locais;
- Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos através de cooperação eficiente, sustentável e inclusiva;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável, respeitando os contextos económicos, sociais e culturais de cada cidade;
- Promover a gestão responsável de bens públicos e comuns, alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Artigo 3.º: Sede

A sede da associação está localizada em **Clermont-Ferrand, França**, no Hôtel de Ville, 10 rue Philippe Marcombes, 63033. Esta é também a morada do Secretariado-Geral da associação. A sede pode ser transferida para outra cidade-membro por decisão da Assembleia Geral Ordinária, com maioria de 2/3 dos membros presentes ou representados.

Secção 2: Composição

Artigo 4.º: Membros

Podem ser membros as autoridades locais que acolhem, no seu território, uma instalação de produção ou investigação do Grupo Michelin ou que demonstrem interesse nos objetivos da associação.

Cada autoridade local deve nomear um titular e um suplente para representá-la nas reuniões estatutárias, com direito a um voto único por autoridade local.

Os membros têm direito a voto, podem ser eleitos para o Comité Executivo e devem pagar uma quota anual definida anualmente por este Comité.

Artigo 5.º: Admissão

As autoridades locais interessadas em aderir devem submeter um pedido por escrito ao Secretariado da associação, assinado pelo seu representante legal. O Comité Executivo decidirá sobre a aceitação dos pedidos, sem necessidade de justificação ou possibilidade de recurso interno. A adesão torna-se efetiva após o pagamento da quota.

Artigo 6.º: Resignação e Exclusão

A qualidade de membro cessa:

- com a dissolução da associação;
- por renúncia, comunicada por carta registada com aviso de receção ao Presidente da associação;
- por exclusão, que pode ser deliberada pelo Comité Executivo e comunicada por carta registada, nos seguintes casos:
 - falta de pagamento da quota anual;
 - conduta gravemente inadequada;
 - incumprimento dos estatutos.

Qualquer membro sujeito a exclusão deve ser informado previamente e terá o direito de ser ouvido pelo Comité Executivo, se assim o solicitar.

Secção 3: Funcionamento e Governança

Artigo 7.º: Órgãos de Governo da Associação

Os órgãos de governo da associação são:

- a Assembleia Geral;
- o Comité Executivo.

Artigo 8.º: Assembleias Gerais

8.1. Assembleia Geral Ordinária

A Assembleia Geral Ordinária é composta por todos os membros ativos da associação. Cada membro é representado por pelo menos um representante (ou seu suplente), nomeado aquando da sua admissão na Rede Internacional de Cidades Michelin. Cada membro ativo dispõe de um voto.

A Assembleia Geral Ordinária reúne-se, pelo menos, uma vez por ano, mediante convocatória do Comité Executivo, enviada com uma antecedência mínima de quatro semanas por correio, fax ou email.

A ordem de trabalhos é elaborada pelo Comité Executivo, incluindo pontos solicitados por pelo menos um terço dos membros.

Não é exigido quórum para as reuniões da Assembleia Geral Ordinária. As deliberações são tomadas por maioria simples dos votos expressos pelos membros presentes ou representados. Em caso de empate, o Presidente tem voto de qualidade.

O voto por procuração é permitido, sendo limitado a três procurações por membro.

A Assembleia Geral Ordinária delibera sobre:

- as orientações das ações para alcançar os objetivos da associação;
- os relatórios anuais (relatório do Presidente, relatório financeiro, etc.);
- a aprovação das contas do exercício e do orçamento previsto;
- eventuais alterações aos estatutos;
- a eleição dos membros do Comité Executivo;
- o acompanhamento e monitorização dos projetos de cooperação planeados, em curso e concluídos;
- o fomento de um espírito democrático, participativo e inclusivo na Rede.

As atas e relatórios das Assembleias Gerais são enviados a todos os membros da associação.

8.2. Assembleia Geral Extraordinária

A Assembleia Geral Extraordinária pode ser convocada pelo Comité Executivo ou por solicitação escrita de pelo menos um terço dos membros ativos, dirigida ao Presidente.

Delibera sobre:

- alterações aos estatutos;
- dissolução ou transformação da associação.

É exigida uma maioria qualificada de dois terços dos membros presentes ou representados para alterar os estatutos e de três quartos para a dissolução da associação.

Se não houver quórum na primeira reunião, uma nova convocatória será feita no prazo mínimo de oito semanas. Nesta segunda reunião, não é exigido quórum, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos votos expressos.

Artigo 9.º: O Comité Executivo

9.1. Constituição e Mandato

A Assembleia Geral elege um Comité Executivo composto por até um quarto dos membros ativos da Rede Internacional de Cidades Michelin.

Os membros do Comité Executivo são eleitos por maioria simples por um período de dois anos e podem ser reeleitos.

Em caso de vacatura durante o mandato, o Comité Executivo pode substituir o membro por cooptação, sendo o mandato do membro cooptado equivalente ao restante do mandato do substituído.

O Comité Executivo reúne-se, pelo menos, uma vez por ano, convocado pelo Presidente, com um aviso prévio de quatro semanas.

9.2. Nomeação de Co-Presidentes e Vice-Presidentes

O Comité Executivo nomeia dois co-presidentes e dois vice-presidentes de entre os seus membros ativos, com mandato de dois anos.

9.3. Os Co-Presidentes

Os co-presidentes são o Presidente da Câmara de Clermont-Ferrand e o Presidente da Câmara da cidade anfitriã das reuniões da rede.

Os co-presidentes:

- Garantem o funcionamento regular da associação;
- Representam a associação em todos os atos da vida civil;
- Celebram contratos em nome da associação (arrendamento, venda, compra, contratação de pessoal, etc.);
- Convocam as reuniões do Comité Executivo e da Assembleia Geral;
- Podem delegar competências a outro membro do Comité ou a um colaborador da associação, por escrito.

9.4. Os Vice-Presidentes

Os vice-presidentes podem receber delegações de competências dos co-presidentes e assumir funções específicas designadas pela Assembleia Geral. Um dos vice-presidentes atua como tesoureiro e o outro supervisiona os projetos de cooperação.

9.5. Deliberações do Comité Executivo

Para serem válidas, as deliberações do Comité Executivo devem ser tomadas por pelo menos metade dos membros presentes ou representados. Em caso de empate, o Presidente tem voto de qualidade.

Cada membro do Comité Executivo tem direito a um voto e pode autorizar outro membro a representá-lo, respeitando os mesmos limites aplicáveis à Assembleia Geral.

9.5. Remuneração

Os membros do Comité Executivo não têm direito a qualquer remuneração.

9.6. Funções e Delegações

O Comité Executivo:

- Prepara os trabalhos da Assembleia Geral e garante a execução das tarefas definidas pela mesma, em conformidade com o orçamento aprovado.
 - Define a estratégia e os objetivos gerais da associação, respeitando as atribuições e deliberações da Assembleia Geral.
 - Pode delegar poderes específicos a um colaborador permanente da associação.
-

Artigo 10.º: O Secretariado Geral da Rede Internacional de Cidades Michelin

10.1. Estrutura e Funções

O Secretariado Geral é a estrutura técnica, administrativa e logística da associação. As suas funções incluem:

- Propor, desenvolver e implementar ações alinhadas com os objetivos da associação;
 - Gerir as operações administrativas e financeiras diárias;
 - Identificar e assegurar oportunidades de ação, promoção e financiamento;
 - Acompanhar oportunidades de cooperação e dinamizar as trocas entre cidades (contactos iniciais, monitorização de progressos, etc.);
 - Organizar nomeações e procedimentos de votação para selecionar as cidades anfitriãs das reuniões da rede, garantindo a sua execução conforme os procedimentos;
 - Gerir os bens da associação;
 - Realizar pagamentos e cobrar receitas sob a autoridade dos co-presidentes, emitir avisos de quotas, receber pagamentos e encaminhá-los ao banco;
 - Manter ou supervisionar os registos contabilísticos e, ao final de cada exercício financeiro, elaborar o balanço, o relatório financeiro e o orçamento para o ano seguinte a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral;
 - Manter os registos da associação, elaborar atas das reuniões da Assembleia Geral e do Comité Executivo e garantir o seu registo.
-

Secção 4: Disposições Diversas

Artigo 11.º: Comissões ou Fóruns Temáticos

Podem ser criadas comissões ou fóruns para promover debates internos sobre temas específicos relacionados com os objetivos da Rede Internacional de Cidades Michelin.

- Estas estruturas não têm personalidade jurídica e não podem interferir nos poderes ou órgãos estatutários da associação.

- As regras de funcionamento podem ser estabelecidas por regulamento interno, sujeito à aprovação da Assembleia Geral.
- O resultado das suas atividades pode ser apresentado ao Comité Executivo em relatórios.

Artigo 12.º: Recursos

12.1. Fontes de Financiamento

Os recursos da associação incluem:

- Quotas de membros;
- Subsídios e contribuições públicas ou privadas, de acordo com a legislação em vigor;
- Receita da venda de bens e serviços ou de eventos organizados;
- Outros recursos permitidos pela lei, em consonância com os objetivos da associação.

O montante das quotas é definido anualmente pelo Comité Executivo e deve ser pago no primeiro semestre do ano. O Comité Executivo decide sobre os métodos de recuperação de quotas, se necessário.

Artigo 13.º: Regulamento Interno

O Comité Executivo pode elaborar regulamentos internos, sujeitos à aprovação da Assembleia Geral. Estes regulamentos detalham regras de funcionamento que não estejam especificadas nos estatutos, incluindo questões administrativas.

Artigo 14.º: Votação à Distância

Em situações excecionais, as votações das Assembleias Gerais e do Comité Executivo podem realizar-se por correspondência ou plataforma online.

Artigo 15.º: Alteração dos Estatutos

Os estatutos podem ser alterados mediante deliberação da Assembleia Geral em sessões ordinárias ou extraordinárias, desde que a agenda o mencione expressamente. Para tal, é necessária uma maioria de dois terços dos membros ativos presentes ou representados.

Artigo 16.º: Dissolução

A dissolução só pode ser decidida em Assembleia Geral Extraordinária, com aprovação de três quartos dos membros ativos presentes ou representados. Em caso de dissolução:

- Será nomeado um ou mais liquidatários por maioria absoluta;
- Os bens da associação serão atribuídos em conformidade com a lei, sendo proibida a distribuição de ativos entre os membros.

Artigo 17.º: Litígios

Em caso de litígio, aplica-se a lei francesa, com jurisdição exclusiva dos tribunais franceses. Em caso de divergências na interpretação dos estatutos, a versão em francês prevalece.

Artigo 18.º: Duração

A associação tem duração ilimitada.



Proposta de Adesão do Município de Braga à Rede Internacional de Cidades Michelin (INMC)

O Município de Braga propõe a formalização da sua adesão à Rede Internacional de Cidades Michelin (INMC), reconhecendo a relevância desta plataforma para a promoção de trocas internacionais em várias áreas estratégicas. Embora Braga tenha já participado informalmente em projetos e iniciativas da rede, consideramos de grande importância formalizar esta adesão, reforçando o nosso compromisso com os princípios que orientam esta rede e com os seus objetivos de cooperação global.

Criada em 2017, a INMC tem-se afirmado como um motor essencial para o intercâmbio de boas práticas entre cidades de todo o mundo, sendo um espaço único para enfrentar os desafios globais que, nos dias de hoje, se apresentam com crescente urgência. Entre estes desafios destacam-se as questões ambientais, sociais, digitais e culturais, temas que também são prioritários para o Município de Braga.

A nossa relação com a cidade geminada de Clermont-Ferrand tem sido um pilar essencial para o crescimento desta cooperação. Através de intercâmbios, como o de estudantes do ensino superior, projetos culturais e iniciativas empresariais, temos aprofundado laços que beneficiam diretamente os nossos cidadãos e fortalecem as nossas capacidades como cidade inovadora e dinâmica.

Participar nesta rede coloca Braga num movimento global que visa a construção de cidades mais sustentáveis, inovadoras e resilientes. A INMC promove a reflexão conjunta e a experimentação em torno de soluções que respondam aos desafios do futuro, envolvendo diversas forças locais, desde instituições governamentais a agentes económicos, académicos, culturais e associativos.

A nossa cidade tem investido fortemente em áreas como mobilidade sustentável, economia circular, educação superior, inovação e cultura, todos temas centrais nas discussões da INMC. A colaboração entre as mais de 200 cidades-membro permite a partilha de experiências e soluções práticas que ajudam a acelerar a implementação de projetos concretos de transição urbana.

Os encontros bianuais organizados pela INMC, organizados em parceria com cidade Clermont-Ferrand, proporcionam um fórum essencial para que as cidades se reúnam e discutam questões fundamentais do desenvolvimento urbano sustentável. Na última edição, Braga teve a oportunidade de participar também com duas startups da rede da Startup Braga, no sentido de apoiar a sua internacionalização e aumento de rede de contactos.

Com a formalização desta adesão, Braga compromete-se a participar ativamente nas iniciativas da INMC, colaborando com cidades de todo o mundo para construir um futuro mais sustentável, inclusivo e inovador. Acreditamos que a nossa integração plena nesta rede trará grandes benefícios, não apenas para o desenvolvimento local, mas também para o fortalecimento da nossa posição no cenário internacional.

DESPACHO

Processo: 9628/2024

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Procedimentos judiciais

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2024/5249 de 17 de Dezembro de 2024.

RESOLUÇÃO

Nos termos da informação técnica em anexo e da subsequente proposta de decisão:

Despachos

- A 12/12/2024, Cristina Maria Faria Ferreira Salgado, na qualidade de Chefe Divisão de Assessoria e Apoio Jurídico: "Concordo.
Deverá proceder-se conforme proposto nas conclusões do parecer jurídico"
- A 12/12/2024, Maria Isilda Paredes Oliveira Vilas Boas Castro, na qualidade de Director de Departamento: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Sandro Miguel da Costa Louro (1/1)
Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga
Data: 17/12/2024
HASH: 7edffa78cbb60de26075bb70307



Data: 06/12/2024

Nº Processo: 9628/2024

Processo: Procedimentos judiciais - Proposta de Adesão do Município de Braga à Rede Internacional de Cidades Michelin (INMC)

A PROPOSTA

«Propõe-se a adesão do Município de Braga à **Rede Internacional de Cidades Michelin (adiante INMC)**.

«O Município de Braga propõe a formalização da sua adesão à Rede Internacional de Cidades Michelin (INMC), reconhecendo a relevância desta plataforma para a promoção de trocas internacionais em várias áreas estratégicas. Embora Braga tenha já participado informalmente em projetos e iniciativas da rede, consideramos de grande importância formalizar esta adesão, reforçando o nosso compromisso com os princípios que orientam esta rede e com os seus objetivos de cooperação global.

Criada em 2017, a INMC tem-se afirmado como um motor essencial para o intercâmbio de boas práticas entre cidades de todo o mundo, sendo um espaço único para enfrentar os desafios globais que, nos dias de hoje, se apresentam com crescente urgência. Entre estes desafios destacam-se as questões ambientais, sociais, digitais e culturais, temas que também são prioritários para o Município de Braga.

A nossa relação com a cidade geminada de Clermont-Ferrand tem sido um pilar essencial para o crescimento desta cooperação. Através de intercâmbios, como o de estudantes do ensino superior, projetos culturais e iniciativas empresariais, temos aprofundado laços que beneficiam diretamente os nossos cidadãos e fortalecem as nossas capacidades como cidade inovadora e dinâmica.

Participar nesta rede coloca Braga num movimento global que visa a construção de cidades mais sustentáveis, inovadoras e resilientes. A INMC promove a reflexão conjunta e a experimentação em torno de soluções que respondam aos desafios do futuro, envolvendo diversas forças locais, desde instituições governamentais a agentes económicos, académicos, culturais e associativos.

A nossa cidade tem investido fortemente em áreas como mobilidade sustentável, economia circular, educação superior, inovação e cultura, todos temas centrais nas discussões da INMC. A colaboração



entre as mais de 200 cidades-membro permite a partilha de experiências e soluções práticas que ajudam a acelerar a implementação de projetos concretos de transição urbana.

Os encontros bianuais organizados pela INMC, organizados em parceria com cidade Clermont-Ferrand, proporcionam um fórum essencial para que as cidades se reúnam e discutam questões fundamentais do desenvolvimento urbano sustentável. Na última edição, Braga teve a oportunidade de participar também com duas startups da rede da Startup Braga, no sentido de apoiar a sua internacionalização e aumento de rede de contactos.

Com a formalização desta adesão, Braga compromete-se a participar ativamente nas iniciativas da INMC, colaborando com cidades de todo o mundo para construir um futuro mais sustentável, inclusivo e inovador. Acreditamos que a nossa integração plena nesta rede trará grandes benefícios, não apenas para o desenvolvimento local, mas também para o fortalecimento da nossa posição no cenário internacional.»

ANÁLISE

Os seus estatutos:

A Rede Internacional de Cidades Michelin, também designada abreviadamente por INCM, e adiante referida por Associação, é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e com sede em **Clermont-Ferrand, França**, no Hôtel de Ville, 10 rue Philippe Marcombes, 63033.

- **A finalidade:**

Por meio desta nova rede de inteligência coletiva, as cidades-membro pretendem partilhar valores, conhecimentos e experiências, explorando soluções viáveis, acessíveis e sustentáveis para os seus territórios e habitantes. Demonstram, assim, um espírito de inovação e capacidade para experimentar ideias ambiciosas na procura do bem-estar humano e urbano.

- **Os objetivos:**

- Contribuir para o desenvolvimento de parcerias e cooperação entre cidades, promovendo a troca de experiências e a disseminação de boas práticas na gestão pública;
- Reforçar o prestígio e a atratividade internacional das cidades-membro;
- Partilhar políticas inovadoras, adaptadas às especificidades dos territórios, e debater temas relevantes nas reuniões bienais;
- Promover cidades sustentáveis, resilientes e inclusivas que respondam aos desafios do futuro;



- Mobilizar atores públicos e privados para encorajar a apropriação de políticas públicas por agentes locais;
 - Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos através de cooperação eficiente, sustentável e inclusiva;
 - Contribuir para o desenvolvimento sustentável, respeitando os contextos económicos, sociais e culturais de cada cidade;
 - Promover a gestão responsável de bens públicos e comuns, alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.
- **Forma de organização:**

(Órgãos associativos)

Os órgãos de governo da associação são:

 - a Assembleia Geral;
 - o Comité Executivo.
 - **Direitos do Município:**

Constituem direitos dos Associados:

 - a) Direito a voto
 - b) Ser eleitos para o Comité Executivo
 - **Deveres do Município:**

Constituem deveres dos Associados:

 - pagar uma quota anual definida anualmente por este Comité.
 - **A contribuição financeira a pagar pelo Município, anualmente: 4.000€**

ENQUADRAMENTO LEGAL:

O artigo 23º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, elenca as atribuições do Município:

Artigo 23.º

Atribuições do município

1 - Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

2 - Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios:

m) Promoção do desenvolvimento;



No que ao caso interessa, a adesão em causa, encontra o devido enquadramento logo **no nº 1 do artigo 23º**, face às várias dimensões, e inclui-se em muitos domínios do nº 2.

A fundamentação da adesão consta na proposta acima referida, e reflete as mais valias das quais o Município irá beneficiar no desempenho das atribuições a seu cargo, e por inerência, beneficiará também todo e qualquer munícipe.

QUANTO À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM ASSOCIAÇÕES DE DIREITO PRIVADO

Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estabelece o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (adiante RJAEPL), e veio revogar a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro. O RJAEPL regula os serviços municipalizados bem como as participações locais prevendo que o regime jurídico aí estabelecido se aplique às empresas locais, associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa, constituídas ou participadas pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas.

A atividade empresarial local é, nos termos da lei, desenvolvida pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas, através dos serviços municipalizados ou intermunicipalizados e das empresas locais.

Nos termos do estipulado no RJAEPL são **participações locais todas as participações sociais detidas pelos municípios**, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas em entidades constituídas ao abrigo da lei comercial que não assumam a natureza de empresas locais, sendo que para os efeitos desta lei as entidades aqui referidas consideram-se sociedades comerciais participadas.

Resulta, pois, que **as participações em associações, não são de considerar como participações locais, em virtude das associações não serem constituídas com base na lei comercial.** Esta é a própria orientação que o RJAEPL acolhe, veja-se o caso da sua divisão que dedica o Capítulo IV às “Participações Locais” e o Capítulo V a “Outras Participações”, onde concretiza no art. 59.º sob a epígrafe “Associações de direito privado” que os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações que se regem pelo Código Civil.

O RJAEPL pretendeu abranger o quadro completo de possibilidades de participação dos municípios em terceiras entidades, designadamente de natureza privada ou cooperativa, bem como aplicar a essa participação um conjunto de regras financeiras comuns. Esta lei procurou um maior controlo entre os movimentos financeiros existentes entre as empresas locais e as respetivas entidades públicas participantes.



As associações de direito privado

i) Nos termos do art. 157.º do Código Civil as disposições do capítulo daquele código sobre as pessoas coletivas são aplicadas “às associações que não tenham por fim o lucro económico dos associados”.

Assim, a referida norma do Código Civil “parece deixar subentender que também há associações que têm por fim o lucro (económico) dos associados, embora se não apliquem aquelas disposições. Pensamos que o sentido da lei é considerar associação, em princípio, todo o agrupamento de pessoas que revista as características essenciais acima assinaladas: faz-se uma delimitação pela negativa: as entidades que têm por fim o lucro escapam à categoria de associação”.

ii) Conforme referido supra os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações, sendo que estas regem-se pelas normas contidas no Código Civil de onde resultam normas relativas à sua criação, funcionamento e extinção. Sendo que, para salvaguarda do interesse público na salvaguarda dessas instituições, o n.º 3 do artigo 56.º do RJAELPL manda que se apliquem as mesmas regras que encontramos para as sociedades participadas, com as devidas adaptações, ressaltando desde logo o estabelecido no n.º 3 do artigo 59.º.

Estando assente a possibilidade das associações de direito privado poderem ser constituídas ou participadas por municípios, importa destacar que a constituição ou participação por parte daqueles deve ser fundamentada, como ficou dito, na melhor prossecução do interesse público. Acresce ainda, que a constituição ou participação de municípios em associações deste tipo, está assim dependente delas prosseguirem fins de relevante interesse público local, devendo, também, a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes, no caso, dos municípios.

Às associações de direito privado previstas no RJAELPL, é aplicável com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 53.º a 55.º e 32.º desta lei, este último, aplicável ex vi n.º 2 do artigo 53.º desta lei.

Participação dos municípios - “Outras Participações”

Como foi oportunamente referido, a atividade empresarial local é desenvolvida, entre outras entidades, pelos municípios através dos serviços municipalizados ou intermunicipalizados e das empresas locais. Para além disso, este regime jurídico prevê a figura das participações locais que considera como “todas as participações sociais detidas pelos municípios, (...) em entidades constituídas ao abrigo da lei comercial que não assumam a natureza de empresas locais”.

Por fim, prevê ainda, no seu Capítulo V, a existência de outras participações, que se traduzem na participação dos municípios, assim como, de associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas em fundações, cooperativas e em associações de direito privado.

Os artigos 56.º e seguintes do RJAELPL fixam assim as normas sobre “Outras participações”,



destacando que o ente participado, no caso aqui em análise, a associação, deve “prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes”.

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 59.º do RJAELPL, os municípios podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações, destacando que as referidas associações se regem pelas normas do Código Civil. Este artigo do RJAELPL prevê ainda, no seu n.º 3 que o disposto no artigo 47.º deste diploma, referente à celebração de contratos-programa com empresas locais de serviços de interesse geral aplica-se, com as devidas adaptações, às associações de direito privado em que as entidades públicas participantes exerçam uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º.

Requisitos das associações constituídas ou participadas pelos municípios

O n.º 1 do art. 56.º do RJAELPL prevê que os entes constituídos ou participados nos termos do capítulo V desse diploma legal, no caso as associações de direito privado, - **devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes, no caso os municípios.**

Sobre o requisito referente aos fins de relevante interesse público local que as associações de direito privado devem prosseguir, importa destacar que “o interesse público que norteia a atividade da Administração, “também delimita a capacidade jurídica das pessoas coletivas públicas e a competência dos respetivos órgãos, através do princípio da especialidade (cfr. art.º 45º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).

Em relação à prossecução do interesse público local, importa referir que “este depende do que o órgão executivo ou deliberativo do município determinar que é interesse público local (...) quanto às atividades se compreenderem no âmbito das atribuições dos municípios, opera aqui uma remissão para o art. 23.º, n.º 2, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”.

De acordo com este princípio, as pessoas coletivas existem tendo em vista a prossecução de determinados objetivos ou fins, pelo que só podem atuar para e na medida em que os pretendam alcançar. Nesta conformidade, “a limitação da capacidade da pessoa coletiva está principalmente neste dever de só exercer os poderes para alcançar os fins institucionais, sem que deles se possa desviar”(cfr art.º 160º nº 1 do Código Civil)”.

Nestes termos, o âmbito do objeto da associação deve integrar, também, alguma ou algumas das atribuições prosseguidas pelos municípios que nelas participam, o que aliás deverá ser destacado na fundamentação da própria deliberação da Assembleia Municipal, aquando da aprovação na mesma da adesão do município a uma associação.

Esta fundamentação deve ser fornecida ao órgão deliberativo - a Assembleia Municipal, por parte do órgão executivo, destacando que é este o órgão a quem cabe a concretização do que é o interesse público local.

DO PROCEDIMENTO A ADOTAR PELO MUNICÍPIO PARA PARTICIPAR EM ASSOCIAÇÕES DE



DIREITO PRIVADO

Dos procedimentos legalmente fixados

Os números 2 e 3 do art.º 56.º do RJELPL abordam os procedimentos a adotar pelos municípios para participarem em associações de direito privado.

Resulta do RJELPL o seguinte:

a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJELPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), **competem à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a participação municipal em associações de direito privado.**

A deliberação a tomar deverá incidir sobre a adesão à associação de direito privado, sem fins lucrativos, bem como a aceitação dos respetivos Estatutos, e aprovação da despesa no valor da quota devida enquanto associado, identificando o ano a que se refere o pagamento, e a assunção do encargo a suportar anualmente pelo Município após a adesão à Associação nos termos da proposta que deve ser apresentada.

b) Para efeitos do disposto no art. 56.º n.º 2 do RJELPL, a constituição ou a participação nos entes previstos no capítulo V deste regime jurídico - (Outras Participações) está sujeita ao **visto prévio do Tribunal de Contas, independentemente do valor associado ao ato**. O art. 2.º, n.º 1, al. c) da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, que determina estarem sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo financeiro do Tribunal de Contas, entre outras entidades, as autarquias locais.

A fiscalização prévia do tribunal de Contas, prevista no já mencionado artigo 56.º n.º 2 do RJELPL, tem por fim verificar se os atos, contratos ou outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras diretas ou indiretas estão conformes às leis em vigor e se os respetivos encargos têm cabimento em verba orçamental própria, sendo que, constitui fundamento da recusa do visto a desconformidade dos atos, contratos e demais instrumentos referidos com as leis em vigor que implique: a) Nulidade; b) Encargos sem cabimento em verba orçamental própria ou violação direta de normas financeiras; c) Ilegalidade que altere ou possa alterar o respetivo resultado financeiro.

No âmbito da fiscalização prévia que decorre do artigo 54.º n.º 1 do RJELPL importa ter presente a Resolução n.º 14/2011 do Tribunal de Contas, onde são aprovadas as instruções sobre a organização dos processos de fiscalização prévia a remeter ao Tribunal de Contas.

Isto é, e como bem refere a Sra. Diretora do DJ, Dra. Isilda Castro:

«Na medida em que o n.º 3 do artigo 56.º do RJELPL determina a aplicação, ainda que com as devidas adaptações, do consignado nos artigos 53.º a 55.º, o regime de aquisição de participações numa associação por parte de um município implica o seguinte procedimento, e a verificação dos seguintes requisitos



i) Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a constituição e/ou a adesão - como é o caso - de associações já constituídas (*cfr.* artigo 53.º, n.º 1, *ex vi* artigo 56.º, n.º 3, do RJAEL);

ii) As referidas entidades devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a fundamentação da deliberação referida integrar os pressupostos justificativos desse interesse (*cfr.* artigos 56.º, n.º 1, e 53.º, n.º 1, do RJAEL

iii) Nos casos em que a participação/adesão confira à entidade participante uma posição dominante (o que não se afigura ser o caso), a deliberação deve ser precedida dos necessários estudos técnicos que, entre outros aspetos, demonstrem a viabilidade e a sustentabilidade económico financeira das unidades a adquirir – nomeadamente através da identificação dos ganhos de qualidade e racionalidade acrescentada decorrente do desenvolvimento da atividade através de uma entidade participada, a justificação das necessidades que visam satisfazer, o benefício social que delas resulta e os efeitos da sua atividade sobre as contas, estrutura organizacional e recursos humanos do município (*cfr.* artigo 32.º, *ex vi* artigos 56.º, n.º 3, e 53.º, n.º 2, do RJAEL). A ausência destes estudos e demonstrações comporta a nulidade da deliberação e eventual responsabilidade financeira, nos termos do artigo 32.º, n.º 1 *in fine*;

iv) Para além dos estudos referidos anteriormente, o artigo 32.º, n.º 2, do RJAEL prevê ainda que naqueles sejam incluídos a justificação das necessidades que se pretendem satisfazer com a associação, a demonstração da existência de procura atual ou futura, a avaliação dos efeitos da atividade da associação sobre as contas e a estrutura organizacional e os recursos humanos da entidade pública participante, assim como a ponderação do benefício social resultante para o conjunto dos cidadãos. Quanto a estes estudos, a expressão “*devem incluir*” presente no artigo 32.º, n.º 2, leva-nos a concluir que, apesar da sistematização normativa do artigo, a ausência destes elementos conduz também à nulidade da deliberação e à responsabilidade financeira, nos termos do artigo 32.º, n.º 1, do mesmo diploma.

v) Se a adesão do Município às indicadas associações de direito privado sem fins lucrativos não conferir posição dominante, há quem defenda, que a deliberação que autorize a adesão não tem de ser precedida da realização dos estudos técnicos a que se refere o citado artigo 32.º do RJAEL, exigidos por este preceito apenas nos casos de aquisição de participações sociais que confirmem um influência dominante da entidade participante (*cfr.* artigos 53.º, n.º 2 e 58.º, da Lei n.º 50/2012).

vi) Todavia, na decisão n.º 1/2019, de 11-02-2019, do Tribunal de Contas foi seguido entendimento diverso, conforme dá nota o mesmo Autor, pronunciando-se no sentido da necessidade da prévia realização de estudos técnicos, ainda que esteja em causa uma participação que não confira à entidade participante uma posição dominante.

Sem prejuízo, na oportunidade, e, sendo caso disso, seguir-se-á, naturalmente, o entendimento do TdC quanto a esta matéria- nomeadamente apresentando os estudos ou relatórios de contas tidos por necessários.

vii) Porém, nos termos do artigo 53.º, n.º 1, a deliberação do órgão deliberativo da entidade participante deve ser fundamentada, sendo que a fundamentação deve integrar os pressupostos justificativos do relevante interesse público local.



viii) Esta fundamentação deve ser fornecida ao órgão deliberativo por parte do órgão executivo, sendo que é este o órgão a quem cabe a primeira palavra sobre a concretização do que é o interesse público local

ix) Deverá também constar das respetivas deliberações uma referência aos encargos que o Município irá assumir com a adesão, como associado, às referidas associações.

x) A deliberação da Assembleia Municipal que aprove, sob proposta da Câmara, a adesão às referidas associações de direito privado está sujeita a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, independentemente do montante associado à respetiva adesão (*cfr.* art.º 54.º, n.º 1, do RJAEL).

xi) A deliberação da Assembleia Municipal que aprove, sob proposta da Câmara, a adesão às referidas associações de direito privado encontra-se sujeita a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, independentemente do montante associado à respetiva adesão (art.º 54.º, n.º 1, do RJAEL).»

EM SUMA:

1. As autarquias locais encontram-se sujeitas à prossecução da sua ação e ao desenvolvimento de todas as suas iniciativas à luz do princípio da legalidade e da prossecução do interesse público, visto, principal, mas não unicamente, pela lente do interesse próprio da comunidade local.
2. Acresce que, como é sabido, a realização de qualquer despesa pública implica o cumprimento de determinados requisitos, entre os quais:
 - a verificação da conformidade legal da despesa (prévia existência de lei que autorize a despesa);
 - regularidade financeira (inscrição orçamental, correspondente cabimento e adequada classificação da despesa);
 - economia, eficiência e eficácia da despesa;
 - cumprimento das regras quanto à competência para a autorização da despesa.(já que, as despesas das autarquias locais só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso).
3. Em toda a legislação aplicável à despesa pública encontramos a máxima concretização do princípio da prossecução do interesse público, a plena realização do interesse da coletividade na obrigação da relação jurídica de despesa pública: o justo gasto público.

CONCLUINDO:

1. O interesse público encontra-se fundamentado na proposta de adesão efetuada;



2. Deverão ser juntos os estudos ou relatórios de contas dos últimos 3 anos, que demonstrem a viabilidade e a sustentabilidade económico financeira da associação;

Depois,

3. **O processo poderá seguir para o Sr. Presidente, para efeitos de remessa a reunião do Executivo Municipal, nos seguintes termos:**

«Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJAEPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), submete-se **para aprovação da Câmara e posterior remessa à Assembleia Municipal:**

- a) **a adesão à Rede Internacional de Cidades Michelin (INMC);**
- b) **a aprovação do pagamento da despesa no valor da quota devida enquanto Município Membro, correspondente a quatro mil euros, para o ano de 2024; e,**
- c) **a aceitação dos estatutos da associação.»**

(Anexar: estatutos da Associação, análise de viabilidade, cabimento e compromisso)

4. Posto isto, **remeter a visto do Tribunal de Contas.**

É este, s.m.o., o m/ parecer.

Utilizador: Elisa Cunha Coelho



DATA: 2025/01/21

ASSUNTO: Informação de cabimento e/ou compromisso

À proposta de submissão a reunião do órgão executivo, com o processo gestiona n.º **1813/2025**, foi assegurada a regularidade financeira da despesa através do:

N.º sequencial de cabimento: **93153**

Declaro que a informação prestada coincide com os mapas de execução orçamental.

